

BONS RESULTADOS NO IDEB: ESTUDO EXPLORATÓRIO DE FATORES EXPLICATIVOS - POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BARRINHA/SP

Jéssica Munhoz Araújo
Universidade de São Paulo
jessica.munhoz.araujo@usp.br

Resumo: O presente trabalho, desenvolvido no âmbito do projeto “Bons Resultados no Ideb: Estudo Exploratório de Fatores Explicativos”, tem como objetivo apresentar as características do município de Barrinha/SP e de políticas de educação nele implementadas que contribuíram para o bom desempenho no ensino da rede municipal, tendo como referência o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Palavras-chave: política educacional; avaliação; qualidade no ensino.

INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas na educação brasileira, dentre as quais podemos citar a ampliação do acesso ao Ensino Fundamental, a demanda de maiores oportunidades no Ensino Médio e, em decorrência, ao Ensino Superior, necessitam da participação de todos. No início do século XXI, com a extensão do Ensino Fundamental à população, coloca-se para a educação brasileira o desafio de promover a sua melhoria, que deve apoiar-se em, pelo menos, um padrão mínimo de qualidade.

A partir de iniciativa do governo federal, passa-se a utilizar, desde 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como indicador, que considera o desempenho dos alunos com base nas aprovações e nas médias de desempenho das provas nacionais Saeb e Prova Brasil. Os seus dados, disponíveis na página do Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), permitem identificar resultados dos sistemas estaduais e municipais e, ainda, de cada escola em particular.

Conforme dados divulgados pelo Ministério da Educação, o Ideb cresceu em todas as etapas do ensino (Fundamental e Médio) entre 2005 e 2007, superando as expectativas inicialmente definidas.

Comparando-se os resultados globais do país, entre 2005 e 2007, tem-se: na quarta série do Ensino Fundamental, a pontuação foi 4,2, prevista para ser alcançada somente em 2009 — a meta de 2007 era chegar a 3,9. Já na oitava série, a nota foi 3,8, que superou a previsão para 2009, de 3,7. No Ensino Médio, o Ideb alcançou 3,5, meta também prevista para 2009.

O monitoramento dos resultados pode contribuir para conduzir as políticas públicas em favor da melhoria da qualidade da educação. Considerando o Ideb um indicador válido, o projeto Bons Resultados no Ideb: Estudo exploratório de fatores explicativos busca:

- Identificar o peso de variáveis de contexto na melhoria dos Ideb dos municípios escolhidos;
- compreender iniciativas de políticas educacionais que tenham evidenciado potencial de melhoria do Ideb, no que se refere à variável desempenho dos alunos;
- analisar o conjunto de iniciativas identificadas buscando apreender características comuns que possam subsidiar a formulação de políticas para a Educação Básica.

Para além de conhecer o movimento do Ideb, o que certamente está a demandar estudos técnicos pertinentes, seja nas etapas ou redes de ensino, o propósito deste estudo é identificar iniciativas de políticas educacionais, de municípios no Estado de S. Paulo, Ceará e Mato Grosso do Sul às quais possam ser atribuídas contribuições para alterar positivamente o indicador. Este é o objetivo geral da pesquisa Bons Resultados Ideb: Estudo exploratório de fatores explicativos, à qual este estudo pertence.

Foram realizadas entrevistas em municípios que obtiveram bons resultados no IDEB, dentre os quais, o município de Barrinha, interior de São Paulo. Neste texto são apresentados os resultados da pesquisa realizada neste município.

Inicia-se com descrição de características gerais e, em seguida, focalizam-se as políticas educacionais.

O MUNICÍPIO EM ESTUDO: BARRINHA/ SP

O município paulista de Barrinha está localizado a 360 km da capital do estado e a 44 km de Ribeirão Preto. Tem 144 km² e é banhado pelo Rio Mogi-Guaçu. O acesso principal se dá pela Rodovia SP 333.

O Perfil Municipal de Barrinha para o ano 2000 indica população total de 24.207 habitantes, distribuídos da seguinte forma: 23.944 habitantes na área urbana e apenas 263 na área rural, sendo 11.926 o número de mulheres e 12.281 o de homens (Fonte: Ministério das Cidades). A densidade demográfica do município neste mesmo ano é de 165,17 hab/km² (Fonte: IBGE/Sidra).

De acordo com dados do Datasus para o ano de 2009, a divisão etária deste município desenha uma pirâmide cuja concentração populacional está na faixa de 20 a 29 anos (5.367 hab.), demonstrando queda numérica mais drástica a partir dos 70 anos (864 hab.). A população de 5 a 9 anos é formada por 2.589 habitantes, e a de 10 a 14 por 2370 habitantes.

Os índices compostos coletados para expressar as condições de vida do município de Barrinha foram o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e o IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social).

Quanto ao IDHM, o município cresceu de 0,725 em 1991 para 0,766 em 2000 –índice inferior ao do estado de São Paulo (cujo IDH é 0,820) e igual ao do país (0,766) (Ipeadata), o que é considerado um índice mediano.

Na medição da Fundação Seade para o IPRS, Barrinha faz parte do grupo de municípios com baixos níveis de riqueza e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridade. Os indicadores do município para os componentes do IPRS apresentam o seguinte comportamento: riqueza e longevidade estão em ascensão (466^a em 2002 para 417^a em 2006; e 392^a em 2002 para 306^a em 2006, respectivamente). A exceção é o índice de escolaridade, onde podemos verificar uma queda (de 545^a em 2002 e 573^a em 2006).

CARACTERÍSTICAS DA REDE DE ENSINO

Na Lei Orgânica do Município (LOM), aprovada em 05 de Abril de 1990, há uma seção dedicada à educação, que, em seu primeiro artigo, determina:

Artigo 163 – O poder público organizará o Sistema Municipal de Ensino, com base nos princípios estabelecidos no artigo 205 e seguintes, da Constituição Federal.

Entretanto, não foi fornecido documento ou legislação que comprove a instituição deste Sistema. Barrinha ainda é ligada à Diretoria de Ensino de Sertãozinho, um município vizinho, que co-assina alguns documentos com a Secretaria de Educação de Barrinha.

O Plano Municipal de Educação (PME), instituído pela lei nº 1.741, de 17 de novembro de 2003, treze anos depois, faz jus ao estabelecido no artigo 168 da LOM, que trata de sua existência.

O artigo abaixo explicita a importância que o município dá à articulação com as outras esferas da administração pública para garantir uma educação de qualidade.

O Plano deve, sobretudo, refletir a articulação necessária com os planos plurianuais da União e do Estado, de modo a garantir a progressiva realização dos objetivos e prioridades estabelecidos no Plano Nacional de Educação, a partir do diagnóstico da realidade local. (PME, 2003, p. 3)

O documento aponta ainda a preocupação com o fortalecimento do Sistema Municipal de Educação, expresso por meio do objetivo de “Contribuir com a normatização e regulamentação do Sistema Municipal de Ensino”. (PME, 2003: 3)

O Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, doravante denominado de Estatuto do Magistério, instituído pela lei nº 1.836, de 5 de outubro de 2005, faz jus ao estabelecido no artigo 171 da LOM, que trata de sua existência e utilidade.

Há também um Regimento Escolar comum a todas as escolas municipais de Ensino Fundamental, elaborado no ano de 2008, em que fica instituído a existência e delineadas as funções de dois Conselhos: Conselho de Classe (CC) e Conselho de Escola (CE), cujas reuniões devem ocorrer, no mínimo, bimestralmente.

Já a existência do Conselho Municipal de Educação (CME) é determinada pelo artigo 169 da LOM:

Artigo 169 – O Conselho Municipal de Educação é órgão normativo e deliberativo do Sistema de Educação Municipal e terá suas atribuições, organização e composição, definidas em lei.

§ único – Na composição do Conselho Municipal de Educação, fica assegurada a participação de: até dois representantes de pais; até dois representantes da classe estudantil; até dois representantes da classe de professores; até dois representantes do Poder Legislativo Municipal e até dois representantes do Departamento Municipal de Educação.

ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS EDUCACIONAIS

A rede municipal de Barrinha é formada por 16 estabelecimentos de ensino, sendo dois de creche, seis de pré-escola, cinco de Ensino Fundamental dos anos iniciais (incluindo Educação de Jovens e Adultos - EJA) e três de Ensino Fundamental dos anos finais.

Segundo Indicadores Demográficos do Plano do Desenvolvimento da Educação - PDE/MEC, em 2007 a rede municipal atendia, em 16 estabelecimentos de ensino, 5.592 alunos, dos quais 197 estavam em creches, 893 em pré-escolas, 2.333 nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 1.985 nos anos finais do Ensino Fundamental e 184 na EJA.

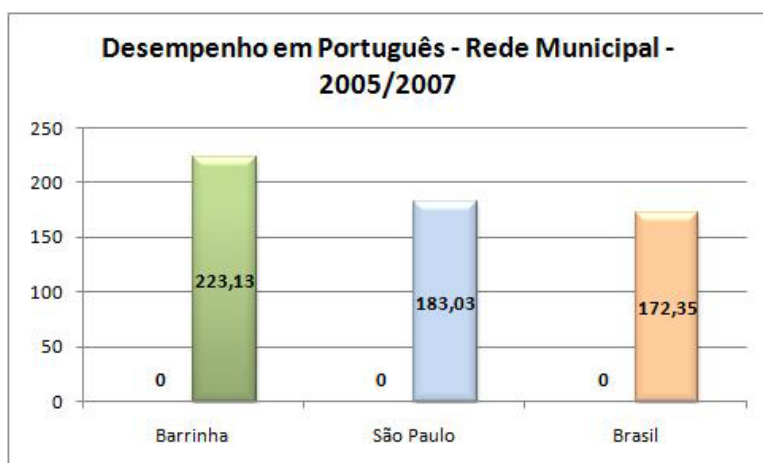
Distribuídos nesses estabelecimentos oficiais de ensino municipal, encontravam-se, no total, 172 docentes, sendo 40 de Educação Infantil, 69 de Ensino Fundamental de séries iniciais e 63 de Ensino Fundamental de séries finais.

Em Barrinha, o Ensino Fundamental está organizado em ciclos de aprendizagem. O ciclo I (do 1º ao 5º ano) é composto por dois sub-ciclos. O primeiro sub-ciclo engloba os primeiros, os segundos e os terceiros anos; o segundo sub-ciclo é composto pelos quartos e quintos anos. O ciclo II seguiu a tendência do ciclo I e também se subdividiu em dois sub-ciclos.

DESEMPENHO NA PROVA BRASIL

O desempenho de Barrinha na Prova Brasil em 2007 foi superior ao desempenho do estado de São Paulo e do Brasil. Em Português, obteve 223,13 pontos, enquanto São Paulo atingiu apenas 183,03 pontos e o Brasil 172,35 pontos. O gráfico a seguir ilustra as informações.

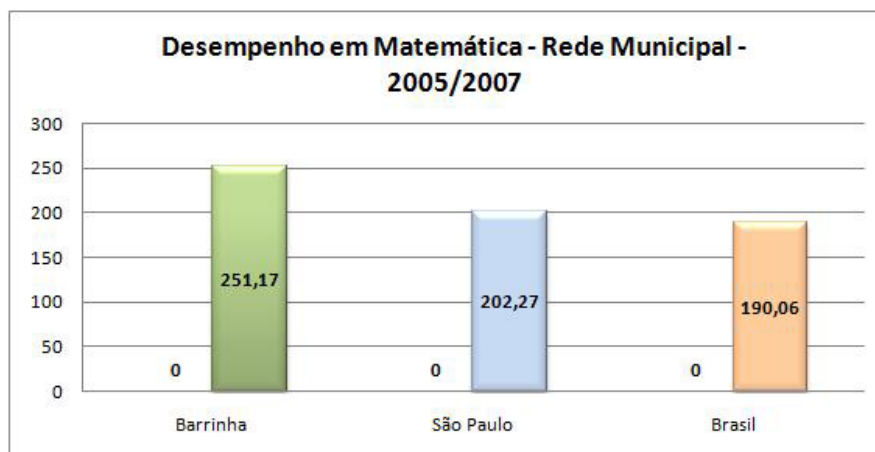
Gráfico 1. Comparação entre o desempenho de Barrinha/SP, Estado de São Paulo e Brasil na Prova Brasil, em Português no ano de 2007. Pesquisa Bons Resultados no IDEB. Feusp. 2010.



Fonte: INEP

Na prova de Matemática, o município obteve 251,17 pontos, enquanto o estado obteve 202,27 e o Brasil 190,06 pontos, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 2. Comparação entre o desempenho de Barrinha/SP, Estado de São Paulo e Brasil na Prova Brasil, em Matemática no ano de 2007. Pesquisa Bons Resultados no IDEB. Feusp. 2010.



Fonte: INEP

Em 2005, o município optou por não fazer a Prova Brasil.

O MUNICÍPIO E SUA POLITICA EDUCACIONAL

Como fatores explicativos do bom desempenho educacional do município de Barrinha, é possível destacar, entre outros que serão oportunamente citados, o conjunto das políticas públicas educacionais desenvolvidas no município na atual gestão, somado ao seu pequeno porte.

Percebe-se que o município prima pelo foco na aprendizagem, com a avaliação e monitoramento do desempenho dos alunos, os quais serão citados nas linhas que seguem.

São vários os fatores encontrados no município de Barrinha que contribuíram para um bom desempenho educacional do município, as quais estão explicitadas abaixo, a começar pelo modelo de gestão.

MODELO DE GESTÃO

A gestão da Secretaria de Educação de Barrinha opta por um modelo de gestão centralizado no que tange ao planejamento e à definição das linhas gerais da política educacional com a participação de diretores, coordenadores pedagógicos e professores em alguns processos.

O modelo de gestão prima ainda pela racionalização da política, expressa: na avaliação do desempenho dos alunos, na avaliação e acompanhamento do trabalho do professor, na elaboração constante de projetos que visam a solucionar problemas diagnosticados na rede, na institucionalização das ações por meio de leis e decretos, na utilização de dados quantitativos (trabalhados em forma de gráficos e planilhas) e no monitoramento permanente das metas do PME, com a elaboração de ações que objetivam alcançá-las.

Cabe destacar a clareza da Secretaria com relação à linha pedagógica que deve ser adotada em toda rede, no caso, o sócio-construtivismo.

O modelo de gestão adotado aposta ainda no atendimento às diversas necessidades das famílias, como meio de aprimorar a capacidade dos alunos de se dedicarem aos estudos. Nota-se que a aprendizagem é o principal foco dessa gestão.

Coloca-se, ainda, a questão da continuidade das gestões. A secretária de educação relata ser preciso ver a questão da continuidade no município com cuidado. A gestão, assim como o prefeito, são os mesmos. Porém a administração pretendida por eles é completamente nova, pois há certo receio de acomodação.

[...] medo de cair na mesmice, no comodismo. Então a gente continua com aquele quadro renovado. A gente está começando agora, a gente quer mudar como se fosse a primeira administração. Como se tivesse em busca mesmo de uma reeleição. Alguma coisa do tipo para gente estar com a mesma vontade. (Secretária Municipal de Educação em Exercício)¹

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Em 2005 foi instalado o Sistema de Avaliação do Ensino Fundamental (SAEF), objetivo que já constava no Plano Municipal de Educação. Este sistema avaliativo consiste em uma prova que a Secretaria aplica ao final do ano letivo. Segundo a secretária, a elaboração desta prova conta com a participação docente:

Os professores mandam contribuições de perguntas. Pedimos 30 questões por escola, por ano e por disciplina. E aí nós selecionamos as que são mais pertinentes ao ano tendo como base o 4º bimestre, e tendo como base o planejamento anual que está aqui conosco. (Secretaria de Educação em Exercício).

A Secretaria de Educação conseguiu organizar e implementar um sistema de avaliação externa próprio: o SAM (sistema de avaliação municipal). Há bônus para os professores vinculado ao desempenho dos alunos nas avaliações externas. Segundo a secretária, as provas locais apresentam um nível de dificuldade muito maior do que a Prova Brasil e o SARESP, pois o nível de exigência que a rede tem consigo é muito alto.

Há cinco anos não tinha um repasse de bônus, então, que é um motivacional porque um dos critérios, até o critério mais importante para que esse repasse seja maior então, é o índice de desempenho dos alunos deles ou na Prova Brasil ou no SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) ou até mesmo no Sistema de Avaliação Municipal [...] A gente faz a prova até mais difícil que a do SARESP porque nosso nível de exigência é bem grande conosco mesmo. (Secretária de Educação em Exercício)

¹ Este depoimento, bem como os outros indicados no presente texto, foi obtido por meio de entrevistas realizadas no âmbito do Projeto Ideb: Estudo Exploratório de Fatores Explicativos.

PREOCUPAÇÃO E COMPROMETIMENTO COM A MELHORIA DOS ÍNDICES DE RENDIMENTO ESCOLAR

Para a secretária de educação de Barrinha o Ideb é uma ferramenta de grande valia que demonstra a preocupação do governo em garantir uma educação de qualidade para todos. Em seu município, a secretária diz que, para ela, foi inesperado o fato dos outros municípios não conseguirem uma nota boa no Ideb e julga que seu resultado positivo frente aos demais se deve ao fato de que a educação no Brasil está muito ruim.

Rose, que é a dirigente, diz que “não fomos nós que fomos bem, foram os outros que foram ruins”. Se a gente for pensar ainda podemos melhorar muito a educação brasileira. Infelizmente está ruim. Então nós estamos satisfeitos com os nossos resultados, só que nós sabemos que nós ainda podemos melhorar, não é? (Secretária de Educação em Exercício)

Destaca-se também o apoio da Secretaria às escolas, bem como o acompanhamento sistemático das mesmas. Segundo relato da diretora de uma escola do município, todas as solicitações feitas à Secretaria são atendidas, e o apoio dado pelo referido órgão não se restringe apenas ao material: a cada quinze dias são feitas reuniões entre as coordenadoras das escolas e da Secretaria com o intuito de discutir avanços, problemas e oferecer direcionamento às ações.

Ah, tem apoio. Tem apoio de material, tem apoio de serviço, tem apoio técnico, o que solicitou é mandado pra gente, graças a Deus é muito bom. [...] A cada 15 dias tem uma reunião da coordenadora da escola com as coordenadoras daqui da Secretaria para ver esses avanços, problemas e entaves e também a tem uma reunião mensal da direção com a equipe pedagógica da Secretaria pra direcionar o trabalho. (Diretora)

ACOMPANHAMENTO DO FLUXO ESCOLAR

A taxa de abandono nula, objetivo do PME, é atribuída, pelas entrevistadas, ao programa “Educador Social” que o município desenvolve desde 2005. Esse é um dos aspectos de suma importância que (acredita-se) também contribuiu para o bom desempenho do município de Barrinha.

Para a secretária de educação, o baixo índice de evasão no Ensino Fundamental, conforma citado acima, deve-se ao programa “Educador Social” que teve início há cerca de três anos.

O programa funciona da seguinte maneira: se um aluno falta à escola por dois dias seguidos sem avisar o motivo de sua ausência, o educador social vai até sua residência para verificar o que está acontecendo.

Segundo a secretária de educação do município, existe um educador social por escola, o qual é um professor da rede que passa por um processo seletivo, além de uma entrevista com uma psicóloga, para poder exercer a função.

Cada escola tem o seu Educador Social. [...] [O aluno] faltou um dia, tudo bem; faltou no segundo dia [e] não avisou que está doente, o Educador Social vai pessoalmente [na casa dele] para saber o que está acontecendo. A gente não liga, porque na ligação eles [familiares] podem te enganar [...]. Se o Educador Social verifica, por exemplo,

que outra pessoa da casa precisa de atendimento psicológico que não a criança [...] nós temos um psicólogo por escola que vai poder prestar atendimento para a família dessa criança. Se ele [educador social] vê que está passando por problemas financeiros, trabalho, [a] assistente social [dá] acompanhamento. Então esse Educador Social é imprescindível. (Secretária de Educação em Exercício)

Outro aspecto de suma importância no que se refere à qualidade da educação no município de Barrinha é a existência de acompanhamento por reforço escolar, sendo este realizado no contraturno ou como recuperação paralela, a qual está prevista, inclusive, na jornada do professor, conforme explicitado adiante.

O Regimento Escolar de todas as escolas municipais, aprovado em 2008, garante a existência da recuperação paralela ao estabelecer:

Artigo 45 – Os Conselhos de Classe reunir-se-ão bimestralmente e no fim do ano letivo, para analisarem os resultados das avaliações e decidirem sobre a promoção, retenção ou encaminhamento dos alunos para estudos de recuperação.

Para que todas as escolas consigam implementar a recuperação paralela, o Estatuto do Magistério diz:

Artigo 37 – Poderão ser atribuídas aos ocupantes de cargo e aos ocupantes de função-atividade docente a carga horária máxima de 3 (três) horas semanais para o desenvolvimento de projetos de recuperação e/ou reforço.

O Regimento Escolar, aprovado em setembro de 2008, estabelece:

Artigo 5º - O ensino fundamental de nove anos será oferecido em regime de progressão continuada e organizado em quatro ciclos, na seguinte conformidade:

- I. Ciclo I – 1º ao 3º ano;
- II. Ciclo II – 4º e 5º ano;
- III. Ciclo III – 6º e 7º ano;
- IV. Ciclo IV – 8º e 9º ano.

Dentro desse regime, está assegurada a recuperação paralela dos discentes: “garantir o reforço e a recuperação escolar dos alunos com defasagem/dificuldade de aprendizagem, em consonância com a progressão continuada.” (PME, 2003: 6)

Outro programa instituído pela Secretaria de Educação com o objetivo de recuperação dos alunos que não estão alfabetizados foi programa “Lado a Lado”

[...] isso foi uma iniciativa da nossa gestão. [...] nós pegamos um professor com um perfil ótimo como alfabetizador, a gente montou uma sala com 15 alunos, colocou esse professor com uma estagiária junto para fazer um trabalho [mais individualizado] (Secretária de Educação em Exercício)

Quanto à distorção idade-série, Barrinha obteve melhoria nos indicadores, diminuindo gradativamente ao longo dos anos. E esse foi um movimento linear, com exceção da 3ª série no ano de 2004.

Tabela 10. Distorção idade-série em Barrinha/SP de 1999 a 2005. Pesquisa Bons Resultados no IDEB. Feusp. 2010.

Distorção Idade-Série							
Série	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
1ª Série (Fundamental)	7,6	6,3	6,6	5,7	5,3	4,3	1,6
2ª Série (Fundamental)	13	12,4	8,2	7,7	7,8	7,6	5,4
3ª Série (Fundamental)	20,3	13,1	12,7	10,4	9,6	11,1	9,5
4ª Série (Fundamental)	20,2	25,4	14,6	14,3	13,9	13,1	10,7
Até a 4ª série	15,2	13,5	10,6	9,5	9,3	9	6,7

FONTE: Edudata Brasil, Inep.

A taxa de analfabetismo diminuiu em Barrinha, segundo o Edudata Brasil. Em 1996, 15% das pessoas de 15 a 19 anos e 43,9% das pessoas com 50 anos ou mais eram analfabetas. Já em 2000, 12,2% das pessoas de 15 a 19 anos e 34% das pessoas de 50 anos ou mais eram analfabetas. O município apresentava em 2000, uma taxa de escolarização líquida no Ensino Fundamental de 91,9% - para crianças de 7 a 14 anos, e de 43,5% no Ensino Médio - para jovens de 15 a 17 anos.

Tabela 11. Taxa de Escolarização Líquida em Barrinha/SP. Pesquisa Bons Resultados no IDEB. Feusp. 2009.

Taxa de escolarização líquida	
Ensino Fundamental (7 a 14 anos)	Ensino Médio (15 a 17 anos)
91,9	43,5

Fonte: IBGE, INEP, 2000.

FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO DOCENTE

Em Barrinha houve um aumento do número de docentes com curso superior lecionando até a 4ª série do Ensino Fundamental. Em 1999, apenas 18% dos professores possuíam Ensino Superior segundo o Edudata Brasil. Já em 2006 esse número chegou a 66%. Segundo os Indicadores Demográficos Educacionais utilizados pelo PDE/MEC, em 2007, a rede municipal de Barrinha possuía 69 docentes nos anos iniciais do Ensino Fundamental, dos quais 46 com licenciatura; 5 com graduação; 2 com Ensino Médio e 16 com Normal Médio.

Tabela 14. Funções Docentes e Formação em Barrinha/SP. Pesquisa Bons Resultados no IDEB. Feusp. 2009.

Tabela 6.3 Funções Docentes por Zona e Formação - Rede Municipal 2007						
Nível	Funções Docentes					
	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
Regular - Creche	0	0	0	0	0	0
Regular - Pré-Escola	25	1	0	14	0	40
Regular - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	46	5	2	16	0	69
Regular - Anos Finais do Ensino Fundamental	63	0	0	0	0	63
Educação de Jovens e Adultos - Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Presencial	5	0	0	0	0	5
Educação de Jovens e Adultos - Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Semipresencial	0	0	0	0	0	0
Educação de Jovens e Adultos - Anos Finais do Ensino Fundamental/Presencial	0	0	0	0	0	0
Educação de Jovens e Adultos - Anos Finais do Ensino Fundamental/Semipresencial	0	0	0	0	0	0
Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental de 1ª a 8ª série/Presencial	0	0	0	0	0	0
Regular - Ensino Fundamental - Turmas Multi/Correção de Fluxo	0	0	0	0	0	0
Regular - Turmas Multietapa - Educação Infantil e Ensino Fundamental	0	0	0	0	0	0
Ensino Médio	0	0	0	0	0	0

LEGENDA PARA FUNÇÕES DOCENTES: C/LIC - COM LICENCIATURA; C/GR - COM GRADUAÇÃO; C/EM - COM ENSINO MÉDIO; C/NM - COM NORMAL MÉDIO; S/EM - SEM ENSINO MÉDIO

Fonte: PDE/MEC/IDE

Em 2003, uma das metas do Plano Municipal de Educação era, em 10 anos, ter 70% dos professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental com formação específica em nível superior. Falta, portanto, pouco para o alcance dessa meta se considerados os dados do Edudata. Entretanto, pelos dados do PDE/MEC tal meta já está superada.

O PME previu ainda

[...] garantir que, no prazo de cinco anos, todos os professores em exercício na educação infantil e nas quatro séries iniciais do ensino fundamental, inclusive nas modalidades de educação especial e educação de jovens e adultos, possuam, no mínimo, habilitação em nível médio (modalidade normal) [...] A partir da entrada em vigor deste Plano, somente admitir professores que possuam as qualificações mínimas exigidas no artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. (PME, 2003: 30)

O edital do último concurso público de Barrinha para esses cargos, publicado em agosto de 2008, já exigiu como requisito mínimo “ser portador de diploma ou certificado de conclusão de Curso Normal, em nível médio” (Jornal Cidades, 2008: 6).

Em entrevista no ano de 2009, a secretária de educação em exercício falou sobre a quantidade de docentes com nível superior na rede: “Nós temos cerca de 25% [de professores] que não têm curso superior. No Ciclo II [referindo-se ao sexto ao nono ano], temos 100% de professores com nível superior.”

A secretária também enfatizou a importância da formação do professor e como esta ocorre na sua gestão:

Eu acho que agora com a Plataforma Freire a gente vai conseguir oferecer [mais formação] [...]. Nós estamos pelo menos fazendo um trabalho para convencê-los sobre a importância [porque] infelizmente tem professor que como está efetivo, cria aquele certo comodismo [...]. Olha, quatro anos atrás não havia cursos de capacitação docente [...]. Nossa gestão oferece muitos cursos [optativos] porque o professor tem que ter em vista que precisa estar nesse trabalho de reciclagem constante [...]. Nós temos aqui o Pró-Letramento, de Matemática e de Língua Portuguesa para os professores dos anos iniciais e nós temos o Letra e Vida que também é um programa [para professores] de alfabetização. Aderimos ao São Paulo faz Escola do 5º ao 9º ano e aderimos ao Ler e Escrever. [...]. Agora nós temos a Semana da Educação que é uma semana inteira [obrigatória] destinada ao estudo [...]. Aí é uma maneira da gente colocar todos, mesmo aqueles que não tem interesse, para estudar (Secretária de Educação em Exercício)

A lei nº. 1.751, de 13 de fevereiro de 2004, autoriza a realização de convênios entre o poder executivo e Instituições de Ensino Superior, visando à formação dos profissionais da educação. Esse convênio se firma mediante o pagamento de bolsa de pós-graduação (parcial ou integral) ao profissional de Ensino Fundamental interessado em fazer especialização na área. Esta lei vem dar vazão à meta estabelecida no PME de

Garantir, já no primeiro ano de vigência deste plano, que o sistema municipal de ensino mantenha programas de formação continuada de professores alfabetizadores, contando com a parceria das instituições de ensino superior sediadas nas respectivas áreas geográficas.

Além do incentivo à formação inicial dos docentes, o município também incentiva a formação continuada dos professores (em especial, há uma semana obrigatória de formação para todos os professores).

A lei nº. 1.836, de 25 de outubro de 2005, que estabelece o Estatuto do Magistério, dispõe sobre o incentivo aos programas de formação profissional da seguinte forma:

Artigo 56 – A Secretaria Municipal da Educação no cumprimento do dispositivo nos artigos 67 e 68 da Lei Federal nº 9.394/96, empenhar-se-á para implementar programas de aperfeiçoamento profissional aos docentes em exercício, através de cursos de capacitação e aperfeiçoamento em serviço.

§1º - Os programas de que trata o “caput” deste artigo poderão ser desenvolvidos em parceria com instituições que mantenham atividades na área da Educação.

§2º - Deverão os programas considerar os objetivos e metas da Secretaria Municipal da Educação do Município de Barrinha, as prioridades das áreas curriculares, a situação funcional dos professores e a atualização das metodologias de ensino e avaliação, inclusive as que utilizam recursos da educação à distância.

Segundo a coordenadora pedagógica de uma escola visitada na cidade, dentro do próprio horário de trabalho do professor há um momento destinado à sua formação: o HTPC (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo). É uma reunião entre professores e coordenadora pedagógica

que ocorre duas vezes na semana (segundas e quartas-feiras), com uma hora de duração por dia. A coordenadora descreve o tipo de atividade que ocorre nesses momentos:

Às vezes no HTPC eu faço a leitura de textos, que complementam o preparo do professor [...] eu procuro algumas atividades interessantes e passo pra ela [professora] aplicar com sua turma [...] [...] e até mesmo [trocas de] experiências próprias... Olha, eu trabalhei nisso, aquilo não deu certo, com esse material ficou mais fácil (Coordenadora Pedagógica)

A coordenadora ainda faz reuniões individuais com os professores, quando necessário, para orientações. Destaca-se também a baixa rotatividade docente, bem como a assiduidade dos professores.

A avaliação do professor é feita por um questionário atrelado ao sistema de bonificação criado pelo município. Os critérios do mesmo são: desempenho discente (avaliado por meio do desempenho dos alunos), assiduidade do professor e relacionamento entre professor e aluno. Nas palavras da secretária de educação:

A gente olha o desempenho das crianças e outras coisas, como por exemplo, o relacionamento pessoal do professor com o aluno. A diretora é quem avalia a equipe diretiva de cada escola [...]. Tem um instrumento de avaliação, tem um questionário que elas [diretoras] vão atribuindo pontos e aí, de acordo com a pontuação que esse professor vai atingindo ao final desse questionário, ele vai ter 100% do que é pago, 90%, 80%. [...] O bônus também está condicionado à assiduidade [...]. Então apesar de eles terem direito de 6 [faltas], eles só podem ter dado duas se quiserem ganhar 100% do bônus [...]. O professor depois toma ciência da sua avaliação. (Secretaria de Educação em Exercício)

MATERIAL DIDÁTICO

O material didático utilizado pela rede de Barrinha é o mesmo para todas as escolas, sendo que a escolha deste material envolve a participação dos professores. O currículo da rede é unificado devido à preocupação que a gestão tem em fazer com que todas as crianças possam aprender, independente da escola em que estejam. O material didático utilizado é escolhido em conjunto com as escolas. Nas palavras da secretária de educação:

[...] os livros do PNLD. A gente também seleciona os livros juntos, todas as escolas optam. Nós fazemos a escolha, que é muito demorada pra nós, porque todas as escolas reúnem os professores de 1º ano, 2º ano, 3º ano e 5º. Nós chegamos num consenso de qual será o livro adotado. A gente escolhe de forma unificada, porque depois a criança trocou de bairro, isso também acontece [...] e vai chegar lá não tem o livro pra dar pra ele, porque o livro vem de acordo com o número declarado no censo do ano anterior. Já vem, às vezes, faltando [livros], então o aluno que chegou na escola, ele está com outro livro, ele vai pra escola e já tem material didático.

Segundo a secretária, esta é uma forma melhor do que o sistema de apostilas, o qual apresenta o conteúdo de modo muito tradicional, incompatível com a linha sócio-construtivista que a atual gestão sugere:

As apostilas são muito empíricas, no meu ponto de vista. Às vezes, num sistema muito tradicional vai contra o que a gente acredita. Nós temos uma linha sócio construtivista na nossa Secretaria de Educação, aqui, na rede toda [...]

OUTROS PROGRAMAS

Por fim, há também programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de participação da comunidade como o “Guarda Mirim” e o “Professor Mirim”, os quais também contribuem para o bom desempenho do município.

O Programa “Guarda Mirim”, instituído pela lei nº 1.938, de 25 de abril de 2007 e regulamentado pelo decreto nº 24, de 3 de setembro do mesmo ano, se destina a estudantes de 14 a 16 anos de idade que devem trabalhar 16 horas semanais no contra-turno promovendo segurança e incentivando a disciplina discente. Aos participantes fica assegurada formação (cursos aos sábados) e remuneração (R\$ 50,00/mês). A secretária fala que já colhe resultados positivos:

Então nós tentamos aquele menino que tem problema de disciplina, sabe? Ele tem um treinamento, passa por cursos... Vai ajudar a olhar no recreio. [...] Quando ele tem que cobrar do outro a disciplina, ele começa a incorporar essa disciplina. Tivemos bons resultados. (Secretária de Educação em Exercício)

O programa “Professor Mirim”, criado pela lei nº 1.944, de 05 de junho de 2007 e regulamentado pelo decreto nº 25, de 3 de setembro do mesmo ano, se destina a estudantes adolescentes com bom rendimento e comportamento escolares que devem trabalhar 10 horas semanais no contra-turno auxiliando professores, principalmente, em atividades de alfabetização. Aos participantes fica assegurada remuneração equivalente ao programa supracitado. A secretária complementa a informação:

[...] o professor mirim é tanto a menina como o menino que se destaca; é aquele que já é o miniprofessor na sala dele do 5º ao 9º; que pega a lição rápido, que o professor fala: “ajuda o outro que está com mais dificuldade.” [...] A gente chama os pais, oferece esse serviço [...]. Nós temos o projeto certinho, das 8 às 11, porque ele trabalha no horário oposto que ele estuda em uma escola e ele atua como professor mirim na sala de alfabetização. Então cada professor tem junto de si uma professora mirim ou um professor mirim. (Secretária de Educação em Exercício)

O programa “JEB – Jovens Enxadristas de Barrinha”, criado pela lei nº 1.946, de 5 de junho de 2007 e regulamentado pelo decreto 27, aprovado na mesma data que o anterior, destina-se a estudantes adolescentes para atuarem como monitores no ensino teórico e prático de xadrez junto aos estudantes regularmente matriculados no Ensino Fundamental. Entre os critérios de seleção para participação no programa estão assiduidade e bom comportamento nas aulas regulares. A secretária de educação orgulha-se do projeto:

Nós temos um centro de xadrez municipal, [já] há uns três anos [...] o nosso xadrez é referência aqui. Pelo menos na região nós somos os melhores, com certeza. (Secretária de Educação em Exercício)

O programa “Pré-universitários”, criado pela lei nº 1.945, de 5 de junho de 2007 e regulamentado pelo decreto nº 26, se destina a estudantes do Ensino Médio residentes no município, que, aos sábados, têm aulas de português e matemática com egressos do ensino superior.

O programa Escola da Família Municipal demonstra uma preocupação em oferecer atividades para as crianças, nas escolas, nos finais de semana. Universitários ganham uma bolsa para desenvolverem projetos com as crianças.

Temos a Escola da Família Municipal. O curso do universitário é pago pelo programa. Em troca disso ele trabalha nos finais de semana - 6 horas no sábado e 6 horas no domingo - numa escola. Ele tem que montar projetos e esses projetos tiram a criança da rua no final de semana. (Secretária de Educação em Exercício)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando, expor-se-á um breve resumo com alguns destaques das políticas educacionais que aparecem como possíveis fatores explicativos para o bom desempenho do município de Barrinha.

As diretrizes apontadas nos documentos oficiais, como o Plano Municipal de Educação, encontram respaldo e investimento nas políticas desenvolvidas e, conseqüentemente, seus objetivos e metas tendem a ser alcançados.

Os projetos desenvolvidos nas escolas tem foco no apoio ao professor na sala de aula, visando o aprimoramento de sua prática e, conseqüentemente, influenciando no aproveitamento do aluno. Percebe-se, por parte dos profissionais, atitudes permanentes de detecção de problemas e implementação de soluções.

Os programas de incentivo ao protagonismo infanto-juvenil e ao desenvolvimento intelectual constituem mecanismos de modificar a realidade dos alunos, melhorando sua autoestima e aumentando seu rendimento acadêmico. Incluem-se, também, os programas de reforço escolar oferecidos pela rede na tentativa de auxiliar o aluno em dificuldade, bem como as ações tomadas no sentido de acompanhamento do fluxo escolar, como o programa Educador Social.

O ente federado em estudo possui um modelo de gestão que combina controle dos processos e participação dos profissionais das escolas em alguns desses processos. O conjunto das políticas públicas educacionais desenvolvidas no município na atual gestão, somado ao seu pequeno porte, podem ser as características que contribuíram para os bons resultados no IDEB.

REFERÊNCIA

BARRINHA. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Regimento Escolar**. SME: Barrinha, 2008.

BARRINHA. Lei nº 1.836, de 25 de Outubro de 2005. Dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público Municipal e dá outras providências. Câmara municipal de Barrinha: Barrinha, 2005.

BARRINHA. Lei nº1741, 17 de novembro de 2003. Institui o plano municipal de educação. Câmara municipal de Barrinha: Barrinha, 2005.

BARRINHA. **Lei orgânica do município de Barrinha**. Câmara municipal de Barrinha: Barrinha, 1990.